



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025

(Des)colonização e mulheres negras: uma investigação sobre os mecanismos que afastam o corpo daquilo que ele pode

Neiliane Santiago de Souza¹; Diego Arthur Lima Pinheiro²

1. Neiliane Santiago de Souza, PIBIC/FAPESB, PSICOLOGIA, e-mail: neiliane.uefs@gmail.com

2. Diego Arthur Lima Pinheiro, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA, e-mail: dalpinheiro@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras; Subjetividade; Práticas de resistência.

INTRODUÇÃO

As mulheres negras são historicamente exploradas e marginalizadas. Essa lógica tem início a partir do sequestro dos povos africanos e do trânsito negreiro rumo às Américas, que tinha como finalidade a expropriação, para além de outros aspectos, da força de trabalho das pessoas negras. Assim, criou-se e naturalizou-se um lugar destinado a ser ocupado por essas mulheres que baseava-se justamente no trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, no auxílio de serviços caseiros e na reprodução de mão de obra escravizada. Essa lógica colonial, segundo Chai *et al.* (2022), estende-se até os dias atuais através da colonialidade e, portanto, atualiza-se de formas similares na sociedade capitalista no que tange aos postos de trabalho ocupados por essas mulheres, a extrema precarização de seus modos de vida e as violências infligidas a seus corpos. Dessa forma, a presente pesquisa buscou investigar como o colonialismo e a colonialidade construíram durante os séculos um lugar de subalternidade para as mulheres negras e como, mesmo em uma sociedade gerida por outro, as mulheres negras construíram e continuam construindo práticas de resistência.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Para realização da pesquisa, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica e discussão das leituras no Grupo de Estudos e Pesquisa Micropolíticas da Abolição vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

A escravização de homens e mulheres negras, além da exploração da natureza, conquista das terras e dos povos indígenas, faz parte de uma dupla fratura colonial que caracteriza uma maneira violenta de habitar a terra. De acordo com Ferdinand (2022), a dupla

fratura é efeito do ato de um habitar colonial que possui princípios, fundamentos e formas e onde a destruição da natureza, a exploração dos humanos e não humanos, a violência e a morte, aparecem como basilar, isto pois, transforma a terra e os humanos e não humanos em instrumentos para a acumulação de capital. Essa lógica tinha como principal forma de ocupação da terra a plantação que se caracteriza pela monocultura e homogeneização das formas de existir, pois não dá espaço para que outros modos de vida possam existir.

Por meio do que o Ferdinand (2022) chama de política do porão homens e, especialmente, mulheres negras foram violentamente retiradas de seus territórios, obrigadas a romper relações com suas comunidades, suas famílias, com suas crenças e até mesmo com o próprio corpo. Segundo o autor a política do porão não é apenas uma forma violenta e desumana de transportar homens e mulheres negras de um continente a outro, ela “[...] simboliza também uma relação com o mundo e um modo de relação com o outro” (Ferdinand, 2022, p.71), pois é a partir dela que inicia-se uma relação escravagista com os povos africanos tendo como finalidade mantê-los “fora do mundo”.

Nesse ínterim, essas rupturas e destruições funcionam como uma política de subjetivação que perpassa também o corpo e os modos de vida dos povos colonizados (Zandomenico, 2021). Dessa forma, ao considerar que a subjetividade, não é algo dado, anteriormente constituída, mas que possui uma natureza maquínica, ou seja, que é fabricada, modelada, recebida e consumida (Guattari e Rolnik, 1996), a política do porão constitui-se enquanto um modo de subjetivação que obriga as colonizadas e racializadas a viverem de determinada maneira. É possível observar, portanto, que o período colonial não se pauta somente em uma monocultura da plantação, mas também na monocultura da subalternidade dos homens e das mulheres negras, construindo, assim, uma subjetividade hegemônica pautada na dominação e subjugação de corpos pretos.

Através disso, no que diz respeito às plantações e a produtividade, a exploração das mulheres negras era semelhante a exploração imposta aos homens negros. Segundo Davis (2016), o papel da mulher negra como trabalhadora é estabelecido durante os primeiros anos de escravização, mediante uma necessidade de produtividade compulsória. Nas casas-grandes, onde cozinham, limpavam e cuidavam das famílias brancas e de seus bebês, as escravizadas também estavam sujeitas a estupros por parte dos colonizadores como forma de controle e coerção.

Desse modo, estava dado o lugar que as mulheres negras deveriam ocupar - seja na plantação, seja nas casas grandes limpando, cozinhando e cuidando das famílias brancas ou enquanto objeto sexual - a elas era negado o direito de existir para além deste

modo que lhes foi imposto. Assim, mesmo após a abolição, a classe dominante buscou construir mecanismos, como mitos e imagens de controle, para evitar que as mulheres negras ocupassem outros espaços (Collins (2019).

Nesse mesmo sentido, Kilomba (2019), elabora como as mulheres negras atualmente são sempre convidadas a permanecerem nas margens, fora do mundo. A autora faz uma articulação das relações de poder desiguais entre raça, gênero e espaço. Segundo ela, quando uma mulher negra tenta ocupar um espaço que historicamente não foi pensado para que ela pudesse ocupar ela será violentamente questionada e até mesmo impedida. Através disso fica evidente que a relação escravagista iniciada no ato de colocar as pessoas negras no porão não encerra-se no desembarque do navio negreiro, mas que ela as acompanha, buscando mantê-las no porão do mundo (Ferdinand, 2022).

Por outro lado, é válido destacar que apesar das tentativas de dominação e de todos os mecanismos criados para limitar as mulheres negras, a alienação não é total. Seja na organização ou execução de fugas e aquilombamento (Ferdinand, 2022), na construção de artimanhas para preservar suas crenças africanas durante o período colonial (Rezzutti, 2018), ao escreverem sobre si mesmas (Evaristo, 2005), ao cuidarem dos seus filhos e uma das outras de forma amorosa e coletiva (hooks, 2024) ou ao buscarem estratégias para permanecer na universidade (Kilomba, 2019), as mulheres negras seguem transmitindo um legado de resistência diante de um sistema criado e pensado para outro.

CONCLUSÃO

A colonização das Américas e a imposição de uma maneira singular e violenta de habitar a terra significou a apropriação de terras, o extermínio de povos, a exploração da natureza, de humanos e não humanos. Como visto, a criação de dispositivos e políticas para manter as pessoas racializadas no porão do mundo afetam especialmente as mulheres negras. Percebeu-se também que a política do porão constitui-se enquanto um dispositivo formador de uma subjetividade hegemônica, pois tem como finalidade primeira a construção de corpos a serem dominados pelo regime colonial-capitalista. No entanto, foi possível encontrar práticas históricas e contemporâneas que possibilitam a reapropriação da subjetividade das mulheres negras. Dessa forma, os estudos realizados irão possibilitar a continuidade de pesquisas acerca do legado de luta e resistência empreendido por essas mulheres que buscam um mundo onde se possa viver dignamente.

REFERÊNCIAS

CHAI, C. G., Moraes, V. H. S., Sousa, K. S. de, & Ramos, F. F. da C. (2023). **Interseccionalidades da escravidão contemporânea da mulher negra à luz do**

pensamento decolonial: trabalho, determinantes e desigualdades sociais. Cadernos EBAPE.BR, 21(3), 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência: A escrita de nós — Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: **Mulheres no Mundo – etnia marginalidade e diáspora**, Nadilza Martins de Barros Moreira & Liane Schneider (orgs).UFPB-JP, Idéia/Editora Universitária, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

HOOKS, bell. **Salvação: pessoas negras e o amor.** Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes,1996.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a história não contada.** Rio de Janeiro: Leya, 2018

SOARES, C. M. **As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX.** Afro-Ásia, Salvador, n.17, 1996.

ZANDOMENICO, Yasmin. **Modos de descolonizar: o trauma é brasileiro, de Castiel Vitorino Brasileiro.** RCL, Revista de Comunicação e Linguagens. Journal of Communication and Languages, nº 54, 2021.